ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

ICC 112-16

20 março 2014
Original: inglês

P

Decisões e Resoluções adotadas na 112.ª sessão do Conselho Internacional do Café

3 a 7 de março de 2014

1. O Conselho Internacional do Café, presidido pelo Sr. Jawaid Akhtar, da Índia, reuniu-se em Londres, no período de 3 a 7 de março de 2014.

Item 1: Adoção da ordem do dia

2. O Conselho adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento ICC-112-0 Rev. 2 e tomou nota do programa de reuniões.

Item 2: Admissão de observadores

3. A regra 5 do Regulamento da Organização dispõe que, no início de cada sessão, o Conselho deve decidir sobre a aceitação de observadores e designar os itens da ordem do dia que estarão abertos aos observadores aceitos. O Secretário fez a apresentação do documento ICC-112-2, que contém uma lista dos observadores cuja admissão às sessões de 2013/14 o Conselho havia aprovado e que haviam comunicado ao Diretor-Executivo que estariam presentes e a quais reuniões desejavam comparecer.

4. O Conselho notou que a lista de observadores a serem admitidos à sessão em curso, que figura no Anexo I do documento ICC-112-2, seria revisada para incluir a Argélia e a Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA). O Conselho decidiu aceitar a admissão de observadores a sua 112.ª sessão e às reuniões dos Comitês abertas à participação de observadores, exceto quando nelas se estivesse tratando de itens referentes a finanças e administração restritos aos Membros.

Item 3: Votos e credenciais

Item 3.1: Votos no ano cafeeiro de 2013/14

5. O Conselho tomou nota da situação dos pagamentos por saldar indicada no documento ICC-112-1, que afetava os direitos de voto aos 27 de fevereiro de 2014. O Conselho também notou que o Gabão saldara sua contribuição de 2013/14 durante a 112.ª sessão do Conselho.

Item 3.2: Credenciais

6. O Conselho notou que a Secretaria examinara as credenciais recebidas dos Membros e informara ao Presidente do Conselho que elas eram válidas e estavam na devida forma. O Conselho decidiu aprovar o relatório sobre credenciais mais tarde distribuído, juntamente com a Lista de Delegações, como documento ICC-112-15.

Item 4: Participação no Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007

7. O Diretor-Executivo apresentou o documento ICC-112-3, que contém um relatório sobre a situação da participação no AIC de 2007 e lembrou que o prazo para o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão vencia em 30 de setembro de 2014. Aos 3 de março de 2014, 39 Membros exportadores e 6 Membros importadores integravam a Organização Internacional do Café (OIC). O Estado Plurinacional da Bolívia, a Colômbia e Papua-Nova Guiné ainda estavam aplicando o Acordo provisoriamente. Aguardava-se o recebimento de um instrumento original de adesão da República do Congo e de um instrumento revisado de aceitação do Benin. O Diretor-Executivo havia contatado a Organização Interafricana do Café (OIAC) para solicitar a assistência dela no tocante à participação de países africanos. Com respeito a não-membros, ele visitara a República da Coreia em novembro de 2013, para discutir os benefícios da participação. Ele também estava em contato com a Associação do Café da China e estava planejando uma missão à China, para discutir participação. A All Japan Coffee Association (AJCA) era um membro ativo da Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), e ele estava em contato com o Governo do Japão para tratar da possibilidade de um reingresso do país à OIC. O Peru havia saldado suas contribuições pendentes em 2012/13, com vistas a reingressar na OIC, e diversos outros países haviam indicado sua intenção de se tornar Membros, entre os quais a Federação Russa, o Nepal, a República Democrática Popular do Laos, e o Sri Lanka.

8. O Conselho tomou nota desta informação e do documento ICC-112-3, externando sua gratidão ao Diretor-Executivo por seus esforços no sentido de conseguir mais Membros para a Organização. O Conselho instava todos os Membros do Convênio de 2001 que ainda não eram Membros do Acordo de 2007 a completar as formalidades necessárias o quanto antes possível.

Item 5: Retrospectiva Anual de 2012/13

9. O Diretor-Executivo apresentou a Retrospectiva Anual de 2012/13, que contém um relatório sobre as atividades da Organização durante o último ano cafeeiro. Entre os pontos altos estavam as reuniões do 50.º aniversário, no Brasil, que haviam culminado com a adoção da Declaração de Belo Horizonte; o 3.º Fórum Consultivo bem-sucedido sobre o tema da agregação; e o Seminário sobre tendências nos novos mercados consumidores de café. A Retrospectiva também incluía relatórios sobre as atividades regulares da OIC em importantes áreas como promoção, estatística e projetos; e sobre o trabalho da JCSP. O Conselho tomou nota da Retrospectiva.

Item 6: Situação do mercado cafeeiro

10. O Chefe de Operações apresentou o Relatório sobre o mercado cafeeiro de janeiro de 2014 e fez uma apresentação sobre perspectivas do mercado cafeeiro mundial, uma cópia da qual está disponível no site da OIC (Perspectivas do mercado cafeeiro mundial). Com a expressiva recuperação dos preços resultante da estiagem no Brasil, a média do preço indicativo composto da OIC subiu para 157 centavos de dólar dos EUA por libra-peso, aumentando cerca de 42% em um mês. Mais informações eram necessárias sobre a extensão dos estragos sofridos pela produção, que só ficaria evidente no início da colheita. A estiagem também afetaria consideravelmente a próxima safra. O mercado estava muito volátil e imprevisível, e os preços podiam continuar a aumentar se a estiagem prosseguisse, ou diminuir se houvesse chuva. No tocante à arbitragem entre as bolsas de futuros de Nova Iorque e Londres, sua faixa normal nos últimos 10 anos era de 40 a 80 centavos de dólar dos EUA por libra-peso, mas, no final de janeiro de 2014, ela chegara a quase 90 centavos. Outra variável muito importante eram as taxas de câmbio, e a forte depreciação das moedas nacionais em relação ao dólar dos EUA em países como o Brasil, a Indonésia e a Índia haviam dado maior incentivo às exportações. A produção mundial de café em 2013 era estimada em 145,8 milhões de sacas, um pouco mais que em 2012. A diferença entre os anos de alta e de baixa no ciclo produtivo brasileiro estava diminuindo, devido aos métodos de produção. Isto, por sua vez, reduzia os superávits ou déficis da produção global. Com referência aos maiores países produtores, previa-se que em 2013/14 a produção cairia 3,3% no Brasil e 8,3% na Indonésia, e aumentaria 5,1% na Colômbia e

24,8% no Vietnã. Na América Central, previa-se que em 2013/14 a produção cairia 24% em relação a 2012/13, por conta da ferrugem do café, que afetara seriamente os países da região. Nos países exportadores os estoques giravam em torno de 20 milhões de sacas, com volumes semelhantes nos países importadores. A razão estoques/uso nos países importadores era de apenas 2,5 meses, sendo pequena em vista do fato de que condições meteorológicas severas poderiam afetar significativamente a produção. Em 2013 as exportações haviam diminuído um pouco, registrando 109,3 milhões de sacas, ante 110,8 milhões em 2012; e em 2012/13 as receitas geradas por elas haviam caído 17,5% em relação a 2011/12. Os estoques certificados na bolsa de Nova Iorque giravam em torno de 3 milhões de sacas, e os da bolsa de Londres registravam uma baixa recorde, girando em torno de 460.000 sacas, pois os produtores vietnamitas vinham retendo seus estoques. O consumo em 2013 era estimado em 146 milhões de sacas. Convinha notar que os países exportadores e mercados emergentes responderam por cerca de 50% do consumo em 2013, ante 37% em 1990, e previa-se que esta tendência continuaria. Entre os fatores que afetavam a oferta estavam a incerteza das perspectivas da safra brasileira, uma queda de produção de 24% da América Central desde 2011, e a ameaça das mudanças climáticas e de eventos meteorológicos extremos no futuro. A demanda continuava a crescer com vigor, mas a expansão do consumo nos mercados emergentes e países exportadores dependeria do respectivo crescimento econômico. Apesar da alta de quase 50% desde o começo de 2014, os preços ainda continuaram nos mesmos níveis que em outubro de 2012 e, para beneficiar os produtores, precisariam se manter.

11. Os Membros tomaram nota desta informação e do impacto das mudanças climáticas sobre a produção, que motivava preocupações. O Conselho tomou nota do documento ED-2175/14 Rev. 1, que contém a última estimativa oficial da safra brasileira de 2012/13, a quarta estimativa da safra de 2013/14 e a primeira da safra de 2014/15. O Conselho também notou que as cifras do documento poderiam mudar, por não refletirem o impacto da estiagem no Brasil sobre a produção do país, que ainda precisava ser quantificado.

Item 7: Estudos e relatórios

12. O Chefe de Operações apresentou os documentos ICC-111-5 Rev. 1, ICC-112-4 e ICC-112-8, que, respectivamente, contêm um relatório atualizado sobre o comércio cafeeiro mundial (1963-2013); um estudo sobre o consumo de café no leste e sudeste da Ásia (1990-2012); e uma análise comparativa dos preços mundiais do café e dos produtos manufaturados.

13. Na discussão deste item, os Membros notaram a importância do café para as economias dos países produtores e a volatilidade continuada dos preços do café. A "Análise comparativa dos preços mundiais do café e dos produtos manufaturados" concluíra que

alguns países exportadores de café haviam-se tornado fornecedores de produtos manufaturados para os países industrializados, e que, com isso, o impacto do declínio dos termos de troca continuaria a decrescer. Para manter suas receitas, os países exportadores se viam obrigados a produzir mais e exportar outros produtos. Coubera historicamente à OIC o papel de lançar e gerir iniciativas para melhorar o funcionamento do mercado cafeeiro por intermédio de cooperação internacional. Os países produtores se preocupavam com a volatilidade dos preços, a deterioração dos termos de troca, as receitas, e o aumento dos custos de produção, e todos esses fatores exigiam cuidadosa consideração da OIC. A OIC não se mantinha fiel a sua *raison d'être*, pois os produtores vinham recebendo preços mais baixos, enquanto os preços finais para os consumidores nos países importadores continuavam a subir, e os lucros acabavam em poder das bolsas e dos traders, que não tinham representação na OIC. Os produtores precisavam se reunir independentemente, para desenvolver políticas comuns e conseguir melhores preços para seus produtos. A questão de preços remunerativos para os cafeicultores fora discutida em setembro de 2013. Um dos objetivos do Acordo de 2007 era proporcionar um fórum para consultas, em busca de compreensão das condições estruturais dos mercados internacionais e das tendências de longo prazo da produção e do consumo que levam a um equilíbrio entre a oferta e a demanda e resultam em preços equitativos tanto para os consumidores quanto para os produtores. Este objetivo era difícil de alcançar, mas precisava ser perseguido. Não se tratava de reintroduzir cláusulas econômicas, mas de procurar soluções inovadoras. O documento ICC-111-5 Rev. 1 focalizava a questão muito importante da sustentabilidade e colocava em relevo as disparidades que caracterizavam a participação dos produtores na cadeia de valor do café. Este estudo poderia estimular a reflexão sobre enfoques inovadores a adotar na discussão dos preços equitativos para produtores e consumidores e do combate à volatilidade e à perda de receitas. Também se sugeriu que, em vez de impor um prazo, seria útil adotar um cronograma dilatado e definir uma estrutura para a discussão dessas questões. Observou-se, igualmente, que o Seminário sobre a consecução de oferta sustentável havia-se concentrado nos consumidores, mas que era preciso examinar o que poderia ser feito para assegurar a sustentabilidade dos preços, para cobrir os custos de produção e salvaguardar o sustento dos pequenos cafeicultores, que, de outra forma, não continuariam a produzir café. O funcionamento das leis gerais da oferta e da demanda era claro no setor cafeeiro, e os preços reagiam rapidamente a incertezas quanto ao tempo e a seu impacto sobre o abastecimento futuro.

14. O Conselho tomou nota desta informação. Notou também que os estudos haviam sido preparados com o intento de estimular discussões e encontrar áreas de acordo entre produtores e consumidores. Trabalho já vinha sendo feito para melhorar os meios de sustento das comunidades cafeeiras, que eram essenciais para os países produtores, mas obtinham receitas insuficientes. Quanto aos meios de melhorar a distribuição de renda na

cadeia de valor do café, as possibilidades da OIC só iam até certo ponto, pois o mercado estava envolvido. A OIC, porém, tinha condições de desempenhar um papel único, por reunir todas as partes interessadas e facilitar um diálogo regular entre produtores e consumidores sobre estas questões, além de acesso a apoio prático aos cafeicultores, ao incluir o café nas agendas das agências de desenvolvimento e financiamento. O 4.º Fórum Consultivo traria ao seio da OIC organizações doadoras multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e outras, para discussões com países produtores e consumidores, e poderia contribuir para potenciar recursos para os produtores. Questões como os termos de troca e o envolvimento do setor privado poderiam ser discutidas no Fórum. Além das questões do acesso a financiamento e agregação para ajudar os pequenos produtores, era preciso que documentos de valor prático resultassem do 4.º Fórum, para possibilitar que as constatações se transformassem em ação, em níveis mais altos. Os Membros notaram que o Diretor-Executivo se comprometia a, nos próximos seis meses, tomando os estudos aqui referidos como base, desenvolver ideias para engajar o comércio nas questões que afetavam o setor cafeeiro mundial e lidar com a baixa participação dos produtores na cadeia de valor. O Conselho notou, por último, que se sugerira lidar com este tópico na 4.ª Conferência Mundial do Café e que era preciso todos os participantes da cadeia de valor do café discutirem esta questão.

Item 8: Conferência Mundial do Café

15. O artigo 30 do Acordo de 2007 dispõe que o Conselho deve designar um Presidente para a Conferência Mundial do Café e, em consulta com a JCSP, decidir sobre a forma, o título, a temática e a época da Conferência. Em setembro de 2013, o Conselho decidira que o Diretor-Executivo deveria convidar os Membros interessados em sediar a Conferência a apresentar suas propostas a ele, por escrito, até 31 de dezembro de 2013, para poder-se tomar uma decisão em março de 2014. O Diretor-Executivo distribuíra o documento ED-2168/13 e sua revisão, comunicando esse prazo aos Membros, e recebera propostas da Itália (documento ICC-112-5), da Etiópia (ICC-112-6 e sua revisão) e da Colômbia (ICC-112-7). Como a Conferência já fora realizada três vezes na América Latina, a Colômbia posteriormente decidira retirar sua proposta, para dar a oportunidade de sediar o evento a outras regiões. O Conselho tomou nota desta informação e externou sua gratidão à Colômbia por sua atitude generosa.

16. Os representantes da Itália apresentaram a proposta de sediar a 4.ª Conferência em Milão na altura da Expo 2015 (documento ICC-112-5). Uma cópia da apresentação está disponível no site da OIC (Apresentação da Itália). Os representantes da Etiópia apresentaram a proposta de sediar a Conferência em Adis Abeba (ver documento ICC-112-6 e sua revisão) e fizeram uma declaração (documento ICC-112-9). Um vídeo curto também foi mostrado.

17. Após consultas, o Conselho decidiu que a 4.ª Conferência Mundial do Café seria realizada em Adis Abeba, Etiópia, em março de 2016, juntamente com a 116.ª sessão do Conselho. O Conselho também decidiu aceitar a proposta do Governo italiano de realizar a 115.ª sessão do Conselho em Milão, Itália, em setembro de 2015, na altura da EXPO MILÃO. O Conselho notou, com agradecimentos, a disposição do Governo italiano de, em acordo com a União Europeia, sediar na mesma ocasião um Fórum Global do Café, com a participação dos Membros da OIC. O Conselho notou, ainda, que a Organização estaria presente no lançamento do 1.º Dia Internacional do Café na EXPO MILÃO.

18. O Conselho tomou nota de declarações dos representantes da Itália e da Etiópia (ver documento ICC-112-13) e externou seus agradecimentos a todos que colaboraram para que se alcançasse consenso sobre esta questão. Os Membros notaram, ainda, que o Conselho poderia reunir-se no período de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, para possibilitar que o 1.º Dia Internacional do Café transcorresse durante a EXPO MILÃO. Em sua próxima sessão, o Conselho precisaria designar o Presidente da Conferência e apreciar mais a fundo as questões da forma, título e temática da Conferência. Nessa altura, poderia considerar-se a possibilidade de estabelecer um grupo de trabalho para ajudar o Presidente a preparar a Conferência. O Diretor-Executivo consultaria os Membros sobre todas estas questões, que continuariam a ser discutidas em setembro de 2014.

Item 9: Plano de Ação

19. O Chefe de Operações apresentou o documento ICC-105-19 Rev. 3, propondo revisões ao Plano de Ação Estratégico, entre as quais a mudança do nome deste para "Plano de Ação", para separar os itens de estratégia e de ação. Uma revisão estratégica seria feita em separado. As outras mudanças propostas eram a inserção de trechos sobre comunicações e conscientização do público, como parte dos objetivos estratégicos gerais; e a proposta de duas novas ações prioritárias, uma para continuação da mesa-redonda sobre estatística, e outra para o desenvolvimento de uma estratégia de obtenção de fundos baseada em critérios específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e delimitados no tempo (critérios SMART, da sigla em inglês). O Conselho tomou nota desta informação e aprovou as revisões do Plano[1].

Item 10: Programa de Atividades para 2014/15

20. O Chefe de Operações apresentou o documento de trabalho WP-Council 242/13, que contém o projeto de um programa de atividades para o ano cafeeiro de 2014/15. O Programa se baseia no Plano de Ação (documento ICC-105-19 Rev. 2). Entre as atividades propostas

[1] *O Plano foi posteriormente emitido como documento ICC-105-19 Rev. 3.*

estão a atualização do estilo e formato das publicações da OIC e a reestruturação do site da OIC, desenvolvendo-o como instrumento promocional que inclua blogues e o CoffeeClub; a aquisição de um Terminal Bloomberg, para fortalecer o trabalho analítico; e a investigação de outras fontes estatísticas, com vistas a melhorar o rendimento estatístico. No tocante a ações para 2013/14, a despesa com atividades ficava suspensa até que se completasse o processo de reestruturação.

21. Na discussão deste item, sugeriu-se que, para ajudar os Membros a apreciar o Programa de Atividades para o ano cafeeiro seguinte, seria útil preparar um relatório sucinto sobre a implementação do Programa no ano cafeeiro anterior, para a sessão de março de cada ano e, também, uma notícia atualizada sobre a situação da implementação do Programa no ano corrente, para cada sessão do Conselho. Quando houvesse alterações significativas ao Programa de Atividades do ano anterior, seria útil incluir uma nota explicando o motivo da exclusão de certas atividades. Também seria útil introduzir resultados previstos para as atividades e indicadores mensuráveis, em vez de apenas o tipo de indicador. Respondendo a perguntas, o Chefe de Operações disse que o Plano para 2014/15 só relacionava 12 atividades, em comparação com 23 em 2013/14, pois algumas atividades rotineiras haviam sido removidas, e outras haviam sido completadas.

22. O Conselho tomou nota desta informação. Notou também que, para a próxima sessão, a Secretaria prepararia um relatório sobre a implementação do Programa de Ativitidades. Prepararia também indicadores e resultados previstos, incluindo resultados das atividades rotineiras, para ajudar a medir o desempenho. O Presidente disse que o projeto do Programa para 2014/15 que figura no documento de trabalho WP-Council 242/13 podia ser aprovado. O Conselho notou que as sugestões que houvesse para atividades futuras poderiam ser enviadas após a sessão, por escrito, incluindo sugestões de um tópico para um seminário em 2015.

Item 11: Dia Internacional do Café

23. O Diretor-Executivo apresentou o documento de trabalho WP-Council 244/14, em que se propunha uma data para o Dia Internacional do Café e expunha temas e princípios, como o Conselho solicitara em sua última sessão. Os Membros haviam sido convidados a confirmar sua data preferida, e o maior número de preferências era pelo dia 1.º de outubro.

24. Na discussão deste item, observou-se que 1.º de outubro coincidia com o Dia Internacional do Cacau. Seria preferível escolher uma data que não conflitasse com as de outros produtos básicos. Uma data alternativa poderia ser 29 de setembro, que marcava o final do ano cafeeiro em alguns países e o começo do ano-safra em certos casos.

Uma busca na Internet indicara que esta data era frequentemente mencionada como um Dia Internacional do Café. Os Membros notaram a existência de sinergias entre esta iniciativa e outros eventos cafeeiros da OIC e mundiais em 2015. O Dia poderia ser usado para conscientizar acerca do café e, potencialmente, angariar fundos para uma instituição de caridade que os use para empreender atividades nos países produtores.

25. Após mais consultas aos Membros, o Conselho decidiu que o 1.º Dia Internacional do Café deveria ser em 1.º de outubro de 2015, sendo celebrado durante a sessão do Conselho e o Fórum Global do Café que se realizariam em Milão, Itália, no período de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015. Antes da próxima sessão, o Diretor-Executivo consultaria os Membros e, durante a mesma, o Conselho apreciaria um tema para o Dia, possíveis eventos e outras providências. Na altura, também se poderia considerar a possibilidade de criar um pequeno grupo de trabalho para desenvolver ideias e atividades mais detalhadas.

Item 12: Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

Item 12.1: Vice-Presidente do Fórum Consultivo e Grupo Central para 2013/14

26. O Conselho designou o Sr. Manfred Brandt, da União Europeia, Vice-Presidente do Fórum para 2013/14.

Item 12.2: Fórum Consultivo

27. O Presidente do Grupo Central, Sr. Juan Esteban Orduz, da Colômbia, disse que o Grupo se reunira em 6 de março de 2014. O relatório desta reunião foi posteriormente distribuído como documento CG-18/14. O Grupo discutira os resultados do 3.º Fórum e a necessidade de ajudar os países produtores a melhorar os serviços básicos disponíveis aos cafeicultores e elevar suas receitas. A OIC podia prestar ajuda prática, atuando como ponte entre instituições multilaterais e produtores e facilitando o acesso a recursos. Propôs-se que o 4.º Fórum, em setembro de 2014, reunisse diferentes partes, para que os cafeicultores tivessem acesso aos doadores e ficassem conhecendo suas prioridades, e para que os doadores tomassem conhecimento de oportunidades para investir no setor cafeeiro. Diversas instituições e fundações multilaterais haviam sido contatadas preliminarmente, e todas estavam interessadas em participar do evento. A representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participara da reunião do Grupo Central e participaria do 4.º Fórum. O BID tinha interesse em ampliar o apoio dado ao setor cafeeiro do Haiti a outros países da América Latina, e sua representante tivera uma discussão produtiva com representantes em alguns países latino-americanos. Fora sugerido que a OIC procurasse inserir os temas do café e do desenvolvimento nas agendas de agências de desenvolvimento, para ajudar a

canalizar recursos para os países em desenvolvimento e gerar apoio prático para o setor cafeeiro. Como o Fórum era autofinanciável, o Presidente iniciara discussões com patrocinadores potenciais; e ele pedia a todos os Membros que colaborassem com seus esforços para obter patrocínio.

28. O Conselho tomou nota deste relatório e do documento CF-10/13, que contém o relatório do 3.º Fórum Consultivo, e decidiu que o 4.º Fórum deveria tratar do tópico de "Como os países produtores podem se engajar com eficácia com instituições financeiras multilaterais e doadoras e assegurar que o financiamento recebido dessas organizações atenda às necessidades dos produtores". Os Membros também notaram que o estudo da OIC e do Banco Mundial sobre risco e financiamento do setor cafeeiro seria apresentado em setembro de 2014; que os atuais assessores do Grupo Central estavam dispostos a voltar a ser designados para mais um ano; e que outras possíveis indicações para 2014/15 poderiam ser encaminhadas ao Diretor-Executivo, por escrito.

Item 13: Relatório dos Presidentes dos órgãos da OIC

Item 13.1: Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP)

29. O Vice-Presidente da JCSP, Sr. Ric Rhinehart, da Specialty Coffee Association of America (SCAA), disse que a JCSP se reunira em 5 de março de 2014. O relatório da reunião foi posteriormente distribuído como documento PSCB-140/14. A JCSP acolhera a presença dos representantes de dois países não-membros interessados em ingressar na OIC, a República Democrática Popular do Laos e a República da Coreia. Os membros haviam ouvido apresentações sobre o mercado cafeeiro nos dois países e notado que na República Democrática Popular do Laos existia grande potencial para desenvolver uma cultura de consumo de café; e que na República da Coreia o café respondia por 53% do mercado de bebidas, onde seu valor aumentara 265% desde 2007. A JCSP também fora informada da situação mais recente da ferrugem do café na Índia, tendo notado que o Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro (CIFC), em Portugal, reunia a maior quantidade existente de conhecimentos e de capacidade para testar o café. O financiamento do CIFC cessara recentemente, e era importantíssimo encontrar meios de financiar suas atividades, que apresentavam grande potencial para o desenvolvimento de soluções para a atual crise da ferrugem. Uma apresentação também fora feita aos membros sobre a análise efetuada pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) de reivindicações quanto à saúde ligadas a produtos com cafeína, entre os quais as bebidas energéticas. A Junta também passara em revista o Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC) e notara a necessidade de reexaminar sua eficácia. A Speciality Coffee Association of Europe (SCAE) e a Secretaria submeteriam o PMQC a uma análise mais aprofundada e apresentariam

relatório em setembro. Finalmente, a JCSP notou que se propunha que o Conselho designasse a Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA) como suplente de uma associação exportadora.

30. Na discussão deste item, os Membros notaram a importância de estudar a questão do apoio financeiro ao CIFC antes da próxima reunião, em razão da importância do trabalho do CIFC na área das ferrugens do cafeeiro para os países produtores. O Conselho notou que a União Europeia estudaria esta questão, mas que ela só poderia fornecer informações sobre fontes potenciais de financiamente às quais encaminhar pedidos. Após também tomar nota do documento de trabalho WP-Council 238/13 Rev. 1, referente à indicação da IWCA para participar da JCSP como nova associação, o Conselho decidiu designar a IWCA suplente junto à JCSP para 2013/14 e 2014/15.

Item 13.2: Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado

31. O Presidente do Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado, Sr. Andrea Illy, da UE-Itália, disse que o Comitê se reunira em 5 de março de 2014. Na ocasião, o Comitê o reelegera seu Presidente e elegera o Sr. Belisario Domínguez Méndez, do México, seu Vice-Presidente para o ano cafeeiro de 2013/14. O relatório da reunião de 5 de março foi posteriormente distribuído como documento PM-35/14. O Sr. Illy fizera uma apresentação sobre a Expo 2015, que se realizaria em Milão durante um período de seis meses e abrigaria o maior evento cafeeiro jamais realizado. A OIC era um dos parceiros do Grupo Café, e o evento seria uma parte importante da estratégia da Organização para promover o consumo de café. O Comitê também recebera um relatório sobre a Rede Multiparticipativa da OIC e notara que voluntários de oito países haviam concordado em participar da Rede. A OIC contratara um especialista em comunicações para ajudar a melhorar suas comunicações. No curto prazo, os objetivos eram engajar públicos já existentes e novos públicos na mídia social e expandir as relações com a mídia. No médio prazo, uma nova estratégia de comunicações seria desenvolvida e o site da OIC seria reestruturado, passando a incorporar o CoffeeClub. No longo prazo, propunha-se envolver os públicos principais da OIC, além de jornalistas e blogueiros, nos programas e atividades de informação da OIC, para que ela se tornasse o principal centro internacional de pesquisa e extensão do setor cafeeiro mundial. O Comitê também notara que a OIC estava considerando uma proposta de ajuda na realização de um exame estratégico de suas operações, com vistas ao preparo do projeto de uma estratégia para os próximos dez anos, a ser apresentado aos Membros em setembro de 2014. Com respeito aos recursos do Fundo Especial, os Membros exportadores, concordando em que deveria haver uma divisão justa e equitativa dos mesmos entre as três regiões produtoras, haviam decidido estabelecer um Grupo Central para geri-los. Os recursos seriam usados nos países exportadores de acordo com prioridades a serem definidas por cada

região, que poderiam incluir a promoção do consumo. O Comitê também recebera relatórios sobre o PMQC e sobre as análises de classificação dos cafés Arábica e Robusta nos anos civis de 2005 a 2013. O Comitê notara que a SCAE discutiria com seus membros a questão de como implementar o PMQC com mais eficácia e apresentaria relatório à OIC sobre o resultado de suas discussões. Por último, o Comitê apreciara a composição do Grupo Diretor de Promoção para 2013/14 e 2014/15. A Indonésia tinha interesse em participar, e outras indicações poderiam ser feitas durante a 112.ª sessão do Conselho.

32. O Conselho tomou nota deste relatório e notou que nenhuma outra indicação para o Grupo Diretor fora recebida. O Diretor-Executivo consultaria os Membros durante os próximos seis meses, e esta questão voltaria a ser discutida em setembro de 2014.

Item 13.3: Comitê de Estatística

33. O Presidente do Comitê de Estatística, Sr. Brendan Lynch, dos EUA, disse que o Comitê se reunira em 5 de março de 2014 e o elegera seu Presidente, e o Sr. José Cassule Mahinga, de Angola, seu Vice-Presidente para o ano cafeeiro de 2013/14. O relatório desta reunião foi posteriormente distribuído como documento SC-36/14. O Comitê tomou nota de relatórios sobre o cumprimento do Regulamento de Estatística; sobre exportações aos países exportadores; sobre exportações de café orgânico; e sobre estoques de café verde nos países importadores. Os Membros discutiram a prestação de assistência técnica aos países exportadores. A OIC oferecera workshops no passado, o mais recente no Vietnã, e estava interessada em organizar outros workshops no futuro, particularmente nos novos países Membros. Estatísticas precisas eram um recurso valioso para os Membros, e o setor cafeeiro e o Comitê apoiavam a ideia de realizar mais workshops. O Comitê recebera um relatório sobre uma mesa-redonda informal de estatística que se reunira nos últimos meses, atendendo à solicitação formulada pelos Membros em março de 2012 de que a Secretaria se engajasse com especialistas em estatística, para discutir os dados estatísticos da OIC. Dois especialistas em estatística foram então convidados a pôr o Comitê a par do trabalho da mesa-redonda. O Sr. Steve Wateridge, da Tropical Research Services, fornecera informações comparando a volatilidade dos mercados cacaueiro e cafeeiro nos últimos anos; e o Sr. Euan Mann, da Complete Commodity Solutions, informações sobre a metodologia que os especialistas em estatística utilizavam para calcular o consumo. Ambos haviam enfatizado a dificuldade de estabelecer dados estatísticos precisos. Eles haviam elogiado os dados da OIC, mas também notado algumas diferenças entre estes e as cifras provenientes de outras importantes fontes estatísticas. A questão dos níveis de consumo na União Europeia recebera particular atenção na discussão. O Comitê propunha que a mesa-redonda de estatística fosse formalizada para analisar os dados estatísticos da OIC de anos recentes, particularmente sobre o consumo na União Europeia, e para fazer recomendações conducentes

à correção das diferenças. A mesa-redonda era aberta a todos, e as únicas regras eram que os participantes compartilhassem seus dados com o grupo, e que as cifras examinadas nas reuniões se mantivessem confidenciais. Por último, o Comitê reiterou a necessidade de todos os Membros fornecerem informações tempestivas e precisas, no interesse de maior transparência do mercado.

34. O Conselho tomou nota deste relatório e decidiu aprovar a formalização da mesa-redonda de estatística, como mecanismo para conferir maior precisão às estatísticas da OIC.

Item 13.4: Comitê de Projetos

35. A Presidente do Comitê de Projetos, Sr.ª Ina Grohmann, da UE-Alemanha, disse que o Comitê se reunira em 6 de março de 2014 e a elegera sua Presidente e o Sr. Oke Nurwan, da Indonésia, seu Vice-Presidente para o ano cafeeiro de 2013/14. O relatório da reunião foi posteriormente distribuído como documento PJ-73/14.

36. O Comitê notara que a OIC havia reapresentado 25 projetos ao Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), e que este informara que não os consideraria para financiamento. Os Membros haviam recebido relatórios sobre projetos aprovados ou concluídos, e o representante do FCPB apresentara relatório sobre as políticas e novidades do Fundo. A OIC desenvolvera um banco de dados sobre organizações doadoras, que seria disponibilizado em uma nova seção do site da OIC, à qual só os Membros teriam acesso. O Economista-Chefe fizera uma apresentação sobre o confronto com novos desafios na área de projetos. Propusera-se que os projetos de desenvolvimento cafeeiro incluíssem um componente de rentabilidade, e que o papel da Secretaria na concepção de projetos fosse ampliado, para fazer uso da perícia da Secretaria nesta área. Além do preparo de uma lista de doadores potenciais, propusera-se estabelecer relações mais estreitas com instituições financeiras. A OIC também poderia desenvolver seu papel como Agência de Execução de Projetos (AEP), para implementar diretamente certos projetos, estudos ou sessões de treinamento. As diretrizes e critérios de avaliação de projetos da OIC precisariam ser adaptados, e os Membros também precisariam considerar se os projetos em trâmite mantinham sua atualidade ou deveriam ser retirados do trâmite. Seguira-se uma discussão sobre a validade de projetos com mais de um ano. Os Membros concordavam em que os projetos perdem seu valor com o tempo e rapidamente se tornam irrelevantes ou desatualizados. O Comitê apoiava um esforço coletivo para examinar os projetos em trâmite e para analisar os termos de referência do Subcomitê Virtual de Revisão (SVR), os documentos de avaliação de projetos e demais procedimentos relativos a projetos. A Colômbia e o Equador estavam dispostos a participar da força-tarefa, e se solicitara à Secretaria que preparasse diretrizes para orientar o *modus operandi* da força-tarefa, para que os Membros pudessem decidir se estavam aptos para participar dela. Os Membros interessados em participar deveriam fornecer à OIC o nome de seu representante dentro das próximas quatro semanas. Os Membros haviam lembrado a

necessidade de cautela quanto à ampliação do papel da OIC como AEP, que exigiria recursos, e recordaram que muitos doadores já possuíam perícia neste campo. A OIC deveria considerar o valor agregado envolvido, pois esta era uma área complexa, que requeria despesas extras e perícia em aquisições. A OIC também deveria estudar cuidadosamente o valor agregado que pudesse oferecer através da triagem de projetos, para justificar as despesas envolvidas. Poderia haver valor em sua atuação como câmara de compensação ou centro de referência das prioridades de outras agências. Os projetos deveriam ser apresentados aos doadores em busca de financiamento quando existisse compatibilidade entre eles e as prioridades. Por último, o Comitê tomara nota de um relatório sobre cooperação técnica entre os Camarões e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

37. O Conselho tomou nota de uma declaração da representante da República Centro-Africana, solicitando ajuda na reconstrução do setor cafeeiro de seu país, na sequência de um período violento e difícil (ver documento ICC-112-12). Os Membros notaram que esta solicitação colocava em relevo a importância do 4.º Fórum Consultivo e em conseguir os participantes apropriados para o Fórum. Era importantíssimo que os Membros dessem conhecimento à OIC de organizações doadoras que pudessem ser convidadas a participar do Fórum, e solicitava-se que, o mais cedo possível, eles encaminhasem os dados pertinentes ao Chefe de Operações, por escrito.

Item 13.4.1: Projetos para aprovação do Conselho

38. O Conselho notou que o Comitê de Projetos havia apreciado o documento PJ-67/14, que contém o relatório e as recomendações do SVR sobre uma proposta revisada e três novas propostas de projetos. O Comitê concordara em que os projetos cuja aprovação não fosse recomendada claramente pelo SVR não deveriam continuar em trâmite, pois, caso seu preparo estivesse incompleto, eles só elevariam o número de projetos já em trâmite. Duas das novas propostas seriam revisadas e reapresentadas, pois sua aprovação não era recomendada com clareza. Por recomendação do Comitê, o Conselho decidiu aprovar a proposta intitulada "Melhoria da participação das mulheres na cadeia de valor do café nos Camarões", para apresentação ao FCPB (documento PJ-66/14). No caso do projeto "Valorização das origens de café etíopes para conseguir melhor comercialização", o Conselho notou que a proposta fora encaminhada diretamente ao FCPB pelos proponentes, que acolheriam orientação da OIC na busca de fundos complementares para o projeto.

Item 14: Seminário sobre a consecução de oferta sustentável no mercado cafeeiro

39. O Presidente do Seminário, Sr. Conradin Rasi, da Suíça, disse que em 4 de março de 2014 a OIC realizara um seminário sobre a consecução de oferta sustentável no mercado cafeeiro. O programa figura no documento ED-2174/14, e uma cópia do relatório do

Seminário será disponibilizado no site da OIC. Nove oradores haviam feito apresentações sobre quatro subtemas: Visão geral da produção e do comércio global; Tirando proveito de novas tendências, de novos mercados e do desenvolvimento de novos produtos; Previsões de preços, flutuações cambiais e soluções disponíveis para a gestão da volatilidade dos preços; e Perspectivas da oferta. O Seminário despertara considerável interesse e tivera a presença de uma grande variedade de representantes de empresas comerciais, instituições financeiras, Membros, países não-membros e outros participantes do setor cafeeiro. Esta iniciativa demonstrara o potencial da OIC para se posicionar como fórum central de discussão e intercâmbio de conhecimentos sobre questões relacionadas com o café e para desenvolver parcerias com importantes atores do setor. O Seminário fora um sucesso, pois havia produzido resultados interessantes e contribuído para elevar o perfil da OIC como peça fundamental do mundo do café. O Presidente do Seminário incentivou a Secretaria a continuar por este caminho e solicitou que ela informasse o Conselho dos aspectos financeiros do Seminário na próxima sessão.

40. Na discussão deste item, sugeriu-se aumentar a alocação de lugares gratuitos para os Seminários de dois para quatro por país, para que um maior número de delegados pudesse participar. O Conselho tomou nota deste relatório e externou seus agradecimentos ao Sr. Rasi por presidir um evento de grande sucesso. Por último, o Conselho notou que os Membros estavam convidados a enviar à OIC sugestões para futuros Seminários. Notou, ainda, que as apresentações e gravações em vídeo estavam disponíveis no site da OIC (Apresentações do Seminário).

Item 15: Segurança dos alimentos

41. O Chefe de Operações disse que, em setembro de 2013, o Conselho apreciara um documento que resumia o Regulamento (UE) N.º 1169/2011, relativo à rotulagem de origem e suas implicações potenciais para o setor cafeeiro (documento ICC-111-7). Em vigor desde 12 de dezembro de 2011, o Regulamento teria aplicação a partir de 13 de dezembro de 2014, exceto quanto às disposições atinentes a declarações nutricionais, só aplicáveis a partir de 13 de dezembro de 2016. A União Europeia, no momento, estava implementando normas relacionadas com o Regulamento e, desde a última sessão do Conselho, não houvera novidades. O Conselho tomou nota esta informação.

Item 16: Cooperação com outras agências

42. O Diretor-Executivo relatou que, em novembro de 2013, ele participara do Fórum Mundial dos Líderes do Café, em Seul, República da Coreia; do 79.º Congresso Nacional de Cafeicultores da Colômbia, em Bogotá, Colômbia; e da 2.ª Conferência Internacional do Café da Etiópia, em Adis Abeba, Etópia. Em janeiro de 2014, ele participara do 5.º Festival Internacional do Café da Índia, em Bangalore, Índia. Em novembro de 2013, o Chefe de

Operações apresentara uma mensagem do Diretor-Executivo no 1.º Simpósio Africano do Café e na 53.ª Assembleia-Geral da OIAC, tendo convidado a OIAC a expandir a participação, como Membros, de outros países africanos com bom potencial para o consumo de café. O Chefe de Operações também participara da reunião da Corporação Andina de Fomento, na Espanha, em novembro de 2013, e da Reunião Geral Anual do Fundo Comum para os Produtos Básicos, em dezembro de 2013, e visitara a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH), para discutir o trabalho e os recursos para projetos da entidade. Um relatório seria apresentado à JCSP sobre cooperação em torno da iniciativa denominada "Visão de um setor cafeeiro sustentável em 2020", que a Associação 4C desenvolveu com o objetivo de construir uma plataforma global de sustentabilidade para o setor cafeeiro. Por último, o Economista participara da 3.ª Conferência sobre Agricultura Global do Grupo Macquarie, em Londres, em novembro de 2013.

43. Ao discutir este item, os Membros notaram que a discussão da sustentabilidade era de grande importância e que a proposta relativa a um setor cafeeiro sustentável em 2020 era interessante. A questão da cooperação com outras agências tornara-se crucial, face às mudanças no FCPB. A OIC precisava atuar de forma estratégica ao ajudar os países na canalização de recursos para os projetos cafeeiros, e precisava ser apoiada em seus esforços para encontrar fontes alternativas de financiamento e sinergias com outras organizações. Novas ideias e um plano estratégico eram necessários para acessar financiamento para projetos, e todos os Membros deveriam contribuir na discussão desta questão. Quanto à visita à IDH, os Membros notaram que o objetivo fora conhecer melhor as operações da entidade e seus recursos para o financiamento de projetos que requeriam 70% de financiamento do setor privado. A IDH dispõe de cerca de US$100 milhões para projetos dirigidos a uma série de produtos básicos, entre os quais o café, e um link à sua página na Internet, dando detalhes de seu trabalho, pode ser encontrado no site da OIC.

44. O Conselho tomou nota da solicitação de que o Diretor-Executivo explorasse com o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e outras instituições a possibilidade de financiar, a taxas inferiores às do mercado, projetos relacionados com o sustento dos participantes do setor cafeeiro. O Conselho também notou que cooperação com agências multinacionais de desenvolvimento e outras fundações que apoiavam os projetos de desenvolvimento cafeeiro seria desenvolvida através do 4.º Fórum Consultivo (ver item 12.2), e que, sendo necessário, um mandato poderia ser dado ao Diretor-Executivo para explorar a obtenção de recursos para os países produtores.

Item 17: Políticas cafeeiras nacionais

Cuba

45. O Conselho notou que o Congresso de Café e Cacau e eventos correlatos aconteceriam no período de 14 a 17 de abril de 2015 em Havana, Cuba, e que todos os Membros estavam convidados a participar.

Gabão

46. O Conselho tomou nota do documento ICC-112-10, referente a mudanças nas políticas nacionais do café do Gabão através de um Plano Estratégico para o café.

Vietnã

47. O Conselho tomou nota do documento ICC-112-11, referente a severos danos causados à produção cafeeira do Vietnã pela mudança das condições meteorológicas.

Item 18: Questões financeiras e administrativas

Item 18.1: Comitê de Finanças e Administração

48. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração, Sr. Aly Touré, da Côte d'Ivoire, disse que o Comitê se reunira em 3 de março de 2014 e o elegera seu Presidente e o Sr. Brendan Lynch, dos EUA, seu Vice-Presidente para 2013/14. O relatório da reunião do Comitê foi posteriormente distribuído como documento FA-82/14. O Comitê havia recebido um relatório sobre a situação financeira aos 31 de janeiro de 2014 (documento FA-81/14) e notado que a situação era satisfatória. Os Membros também haviam examinado o projeto de Orçamento para 2014/15 e o resumo de uma análise de custos (documentos FA-79/14 e FA-80/14, respectivamente). A despesa total em 2014/15 seria 3,3% menor que no exercício financeiro corrente, e a contribuição para 2014/15, inalterada, continuaria a ser de £1.471 por voto. O superávit que houvesse seria usado para repor recursos do Fundo de Reserva, como o Conselho decidira ao autorizar o uso de recursos do Fundo para cobrir os custos da reforma do prédio em 2012/13. O Comitê decidira recomendar a aprovação do projeto de Orçamento ao Conselho.

49. Com respeito a contribuições pendentes, o Comitê notara que a Serra Leoa não pudera fazer pagamentos segundo o disposto na Resolução 450, mas que o representante confirmara que pagamento seria efetuado em breve. O Comitê recomendara que, embora devessem permanecer suspensos, os votos da Serra Leoa fossem restaurados se os pagamentos recomeçassem. Os Membros haviam solicitado à Secretaria que produzisse uma análise dos atrasos dos pagamentos dos Membros durante um período de anos,

publicando-a, por exemplo, na altura das reuniões de março e setembro; e que levasse adiante as discussões com ex-Membros como a Guiné, com vistas à redução do saldo de atrasados devidos há muito tempo. O Comitê também decidira recomedar a aprovação das propostas de revisão das escalas de vencimentos e da base das contribuições ao Fundo de Previdência do pessoal da categoria de Serviços Gerais e as propostas de revisão da escala de vencimentos do pessoal das categorias Profissional e Superior (documentos FA-74/13 e FA-78/14, respectivamente). A primeira dessas revisões envolvia um aumento de 1,9% e já fora incluída no Orçamento do exercício corrente; a segunda era à base de "nenhum ganho – nenhuma perda" e não tinha implicações financeiras. Com respeito ao prédio, o contrato de locação da OIC venceria em 31 de março de 2017. O Comitê decidira que a Secretaria poderia fazer alguma pesquisa preliminar dos preços dos aluguéis no centro de Londres e, se possível, em outras áreas da cidade, podendo também entrar em discussões preliminares com o locador. O Diretor-Executivo apresentaria relatório sobre as constatações desta pesquisa ao Comitê em setembro de 2014.

50. Na discussão deste item, observou-se que certos atrasados chegavam a 50% do valor das contribuições, e que esse era um nível muito alto e causava preocupação. A Secretaria deveria apresentar relatório na próxima reunião sobre a evolução histórica dos atrasados e sobre o montante dos juros perdidos em consequência. Vários Membros se manifestaram gratos pela situação financeira da OIC. A Organização estava fazendo mais com menos recursos; as contribuições dos Membros não haviam subido; e os recursos do Fundo de Reserva seriam repostos. Sugeriu-se que, como a OIC estava em boa situação financeira, deveria considerar-se reduzir as contribuições.

51. O Conselho tomou nota deste relatório. Por recomendação do Comitê, o Conselho decidiu aprovar as propostas para revisão das escalas de vencimento e da base das contribuições ao Fundo de Previdência do pessoal da categoria de Serviços Gerais, que figuram no documento FA-74/13, e as propostas para revisão da escala de vencimentos do pessoal das categorias Profissional e Superior, que figuram no documento FA-78/14. Por último, o Conselho decidiu aprovar o projeto de Orçamento Administrativo para 2014/15, que figura no documento FA-79/14[2].

Item 18.2: Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2012/13 e Relatório de Auditoria

52. Por recomendação do Comitê de Finanças e Administração, o Conselho decidiu aprovar as Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2012/13 e o respectivo Relatório de Auditoria, que figuram no documento FA-75/13.

[2] *Posteriormente distribuído como documento ICC-112-14.*

53. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração disse que o Comitê recomendara que as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício financeiro de 2012/13 e o respectivo Relatório de Auditoria, que figuram no documento FA-76/13, fossem aprovados pelos Membros exportadores, e notara que, como decidido em setembro de 2010, as Contas do Fundo de Promoção (documento FA-77/14) não haviam sido auditadas, mas distribuídas a título informativo. O Conselho tomou nota desta informação, notando, ainda, que os Membros exportadores haviam aprovado as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício financeiro de 2012/13 e o respectivo Relatório de Auditoria, que figuram no documento FA-76/13; e tomou nota das Contas do Fundo de Promoção, que figuram no documento FA-77/14.

Item 18.3: Reestruturação da OIC

54. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração relatou que um aspecto do mandato conferido ao Diretor-Executivo em sua eleição consistia em examinar a estrutura e as operações da OIC e fazer as mudanças necessárias. Durante as reuniões de setembro de 2012 e 2013, os Membros haviam externado preocupações com alguns dos serviços da OIC, particularmente nas áreas de Projetos e Estatística. Devido às mudanças implementadas no FCPB desde 2011, a obtenção de financiamento precisaria agora seguir critérios de rentabilidade econômica, egixindo alguém com ampla compreensão de fontes do setor privado e de parcerias público/privadas. Na área de Estatística, mudanças eram necessárias para lidar com um mercado mais volátil e um clima econômico que exigia diferentes conjuntos de habilidades para, entre outras coisas, fornecer projeções da oferta e da demanda e cooperar de modo mais estreito com o setor privado. Relutantemente, o Diretor-Executivo concluíra que três cargos precisavam ser abolidos. Os cargos haviam sido abolidos nos termos do Estatuto e Regulamento da Organização, e o aconselhamento jurídico que a OIC obtivera corroborava as providências tomadas. Medidas disciplinares haviam sido iniciadas contra uma das pessoas, mas esta era uma questão separada. As três pessoas contrataram advogados e enviaram cartas aos Membros. Embora o aconselhamento jurídico apoiasse as ações da OIC e considerasse que as possibilidades de sucesso das três pessoas eram mínimas, um processo judicial poderia ser demorado. Por enquanto, o Diretor-Executivo procuraria reduzir as despesas advocatícias ao mínimo. No futuro, seria necessário recrutar pessoas com diferentes conjuntos de habilidades e experiências. O Comitê discutira a questão com certa profundidade. Os Membros haviam externado preocupação com os possíveis custos de uma ação judicial e o impacto nas operações da OIC. A Secretaria compartilhava estas preocupações, mas enfatizava que o que vinha ocorrendo não era induzido nem controlado pela OIC, que estava reagindo aos acontecimentos. Vários delegados expressaram seu apoio pelo princípio de que o Diretor-Executivo era o único oficial administrativo da OIC, tendo-lhe sido delegada responsabilidade por todas as operações quotidianas. Eles também expressaram apoio e confiança nele, pessoalmente, no exercício de seus deveres e na continuação do exame e reestruturação das operações.

55. Apoio foi externado pelos esforços do Diretor-Executivo na reestruturação da Secretaria, que poderia envolver dispensas de funcionários para conseguir uma equipe com as habilidades necessárias para prestar serviços. Os Membros solicitaram à Secretaria que fosse o mais transparente possível na reestruturação e no recrutamento de novos funcionários. Diversos delegados notaram que era altamente impróprio os três ex-funcionários escreverem aos Membros. A questão em tela era administrativa, e cabia à OIC e seus advogados, e não a determinados Membros ou ao Comitê de Finanças e Administração, lidar com comunicações, para evitar interferências nos procedimentos judiciais. O Comitê de Finanças e Administração e todos os Membros deveriam ser mantidos a par das negociações e dos custos advocatícios antes da próxima sessão, para que os Membros pudessem dar suas perspectivas. Com respeito a uma sugestão de que o Comitê de Finanças e Administração examinasse relatórios das duas partes, os Membros notaram que não podiam atuar como mediadores.

56. O Conselho notou que os Membros apoiavam firmemente os esforços envidados pelo Diretor-Executivo na reestruturação; que a reestruturação deveria se basear em um plano; e que deveria haver transparência ao informar os Membros acerca desta questão. Havia um forte desejo de criar-se a oportunidade de resolver a questão amigavelmente. A OIC funcionava tradicionalmente à base de consenso, e esta opção deveria ser expolorada, para evitar ações judiciais no futuro e poupar tempo e recursos. O Conselho também notou que o Diretor-Executivo concordara em conduzir um diálogo construtivo com as três pessoas. Embora se devesse fazer todo o possível para evitar os tribunais, era preciso que a OIC fosse capaz de se defender, caso necessário. Na eventualidade de mais procedimentos judiciais com implicações financeiras, o Comitê de Finanças e Administração e o Conselho deveriam ser mantidos informados.

Item 19: Outros assuntos

Estiagem no Brasil

57. O representante do CABI fez uma apresentação sobre a estiagem no estado de Minas Gerais, Brasil, uma cópia da qual está disponível no site da OIC (Apresentação sobre a estiagem em Minas Gerais).

Item 20: Reuniões futuras

58. O Conselho tomou nota do documento de trabalho WP-Council 243/14, em que se indicam as datas das reuniões de 2014/15 e 2015/16, e notou que sua próxima sessão se realizará em Londres, Reino Unido, no período de 22 a 26 de setembro de 2014.